



**Ata da Sessão Plenária Extraordinária nº 07
do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de
Santa Catarina, realizada em nove de junho
do ano de dois mil e dezessete, na sede do
CAU/SC, em Florianópolis – SC.**

1 Às nove horas e doze minutos do dia nove de junho do ano de dois mil e dezessete, na
2 Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, em Florianópolis,
3 reuniu-se o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina –
4 CAU/SC, em Sessão Extraordinária número sete. Presente o Presidente do CAU/SC,
5 Arquiteto e Urbanista **LUIZ ALBERTO DE SOUZA**, os senhores Conselheiros
6 Estaduais Arquitetos e Urbanistas **ADEMIR LUIZ BOGONI, CARLOS ALBERTO**
7 **BARBOSA DE SOUZA, CHISTIAN KRAMBECK, EVERSON MARTINS, GIOVANI**
8 **BONETTI, RODRIGO KIRCK REBÊLO, SÉRGIO OLIVA e SILVIA RIBEIRO LENZI**, os
9 suplentes de Conselheiros **ADRIANA DINIZ BALDISSERA e MATEUS**
10 **SZOMOROVSKI**, os arquitetos **IVAN MISKE e PATRICIA FIGUEIREDO SARQUIS**
11 **HERDEN**, a Assessora de Comunicação do CAU/SC **FABIANE BERLESE**, os
12 empregados do CAU/SC, Assessor Especial **RICARDO DE FREITAS**, o Gerente Geral
13 **JAIME TEIXEIRA CHAVES**, o Gerente Administrativo e Financeiro **FILIPE LIMA**
14 **ROCKENBACH**, a Gerente Técnico **FERNANDA MARIA MENEZES**, a Coordenadora
15 Técnico **NAYANA MARIA DE OLIVEIRA**, o Coordenador de TI **WILSON MOLIN**
16 **JUNIOR**, a Analista Jurídico **MANUELA CAVALLAZZI**, a Analista Técnico **FRANCIANI**
17 **ROSÁLIA RIGONI**, os fiscais **LILIAN LAUDINA CAOVILO, MAYARA REGINA DE**
18 **SOUZA e THIAGO PEREIRA MARTINS**, a Assistente Técnico **GABRIELA VIEIRA**
19 **RODRIGUES** e a secretária **TATIANA MOREIRA FERES DE MELO**. Ressalta-se a
20 ausência justificada dos Conselheiros **CÉLIO LUIZ DAMO, KÁTIA CRITINA LOPES DE**
21 **PAULA, LEONARDO HENRIQUE DANTAS, MAYKON LUIZ DA SILVA e NORBERTO**
22 **ZANIBONI**. Após a verificação e constatação da existência de quórum, o Presidente
23 agradeceu a presença de todos, lembrou os presentes de silenciar os celulares e de se
24 identificar antes de qualquer contribuição. Em seguida informou que a reunião havia
25 sido convocada, por solicitação de diversos conselheiros para tratar da Estratégia de
26 Fiscalização do CAU/SC e solicitou que a Gerente Fernanda apresentasse o material
27 para embasar a discussão. A Gerente Fernanda fez sua apresentação explicando as
28 divisões das mesorregiões do CAU/SC, citando o número de arquitetos e escritórios
29 de arquitetura e sua distribuição no estado, o número de RRTs emitidas, a média de
30 trabalho por fiscal e o fluxo da rotina de fiscalização, entre outros dados. Citou que o
31 CAU/SC é o segundo CAU que mais recebe denúncias no Brasil e que é dada
32 prioridade à fiscalização realizada através das denúncias, correspondendo a vinte cinco
33 por cento das atividades de fiscalização realizadas. Informou que noventa e seis por
34 cento das ações de fiscalização são regularizados até a fase da notificação preventiva,
35 ou seja, antes do auto de infração, concluindo que o índice de regularização é bastante
36 alto. A Conselheira Silvia alertou que essa informação pode ser um reflexo da falta de
37 informação. A Gerente Fernanda relatou a dificuldade de obter as informações com as
38 denúncias anônimas, uma vez que quando necessário mais informações, não é
39 possível contatar o denunciante. O Conselheiro Christian alertou para a importância
40 da denúncia anônima e disse que o denunciante não deve buscar as provas e sim o
41 CAU. A fiscal Mayara explicou que os fiscais buscam o maior número de informações
42 possíveis, em diversas fontes, para admitir a denúncia, e quando não é possível essa



43 busca que a denúncia é arquivada. A Gerente Fernanda ressaltou que nenhuma
44 denúncia é arquivada por ser anônima, o arquivamento acontece quando não é
45 possível buscar elementos mínimos para a verificação da denúncia. Explicou que
46 infrações éticas são mais difíceis para coletar dados através de pesquisas para
47 embasar as ações. Falou ainda que o denunciante pode fazer a solicitação de sigilo, ao
48 invés de fazer denúncia anônima, o que facilita o trabalho da fiscalização, uma vez
49 que, se necessário, é possível o contato com o denunciante. O Conselheiro Sérgio
50 informou que o CAU/BR está fazendo alterações em algumas resoluções e que não vai
51 mais ser possível fazer denuncia anônima. O Conselheiro Giovani defendeu a
52 denúncia sigilosa, anônima não. A Gerente Fernanda ressaltou que é importante
53 saber sobre o denunciante, caso necessário esclarecimentos. Apresentou o resumo
54 dos dados mais representativos por mesorregião e disse que existe a previsão de
55 contratação de mais dois fiscais, apresentando as possibilidades de local de trabalho, a
56 ser discutida. Lembrou que os fiscais não fazem apenas o trabalho de fiscalização em
57 si, existem outras rotinas que demandam tempo e não são computados nos
58 quantitativos apresentados. O Conselheiro Sérgio questionou os fiscais presentes qual
59 sua opinião sobre a efetiva função da fiscalização no estado e quais as sugestões. A
60 Conselheira Silvia colocou que achava importante que houvesse ao menos um fiscal
61 por região, lembrando que as demandas das regiões são diferentes. Lembrou que os
62 trabalhos internos realizados pelos fiscais são ótimos, mas que ainda há muita
63 reclamação sobre a fiscalização e questionou como esse trabalho poderia ser
64 externalizado. O Conselheiro Christian disse que também gostaria de escutar os
65 pontos de vista dos fiscais, disse que reconhece o esforço e trabalho de todos
66 ressaltando que sem uma estratégia o alcance desse trabalho é pequeno. Questionou
67 como maximizar os resultados e como criar uma estratégia eficiente e inovadora. A
68 Gerente Fernanda lembrou que há previsão de criação de uma gerência de
69 fiscalização. A Fiscal Mayara disse que na fiscalização existem duas dimensões: a
70 estratégia de como parecer eficiente e o dia a dia, que são os processos internos. Disse
71 que a Gerência Técnica é uma gerência enxuta e que abrange muitas atividades.
72 Explicou que um dia de trabalho em campo pode se desdobrar em um mês de
73 trabalho interno, ou até mais. Afirmou que há uma sobrecarga de atividades, que o
74 fiscal fiscaliza na rua e faz todos os encaminhamentos internos. Disse que o fluxo
75 interno é bem extenso e trabalhoso, o que é uma carência bem grande do CAU, não só
76 em Santa Catarina. Falou que acha a divisão regional importantíssima para a
77 visualização do Conselho, não apenas da fiscalização, mas da representação do
78 Conselho nas cidades e lembrou que é muito importante respeitar as especificidades
79 das regiões. A Fiscal Lilian sugeriu ações de mutirão nas cidades para fortalecer a
80 presença do CAU, uma vez que a regionalização aproxima o Conselho das pessoas,
81 frisando a importância de aproximação e orientação aos síndicos e reforçando que os
82 fluxos internos demandam muito tempo. A Coordenadora Nayana enfatizou a
83 importância de uma gerência de fiscalização, reforçou que toda ação de fiscalização
84 gera um trabalho de gabinete que também é feito pelos fiscais e ressaltou a
85 importância de uma maior divulgação dessas ações. Apoiou ações pontuais de
86 mutirão em determinadas regiões. A analista Franciani disse que é importante uma
87 maior integração e aproximação da equipe, respeitando as especificidades de cada
88 região, lembrando que não é possível ter uma estratégia de fiscalização igual para
89 todo o estado. Reforçou a importância de uma maior divulgação das ações de
90 fiscalização e de ser realizado um trabalho mais efetivo, com acompanhamento de
91 todo o processo, até seu fim. A Fiscal Mayara ainda lembrou que além de uma
92 estratégia territorial, num próximo edital de concurso deve haver a especificidades de



93 tarefas, pois hoje cada um faz um pouco de tudo. O Fiscal Thiago disse que na sua
94 opinião, quatro fiscais para cerca sete milhões de habitantes é pouco, que devem ser
95 contratados mais e que a demanda interna muda o foco da fiscalização. O Conselheiro
96 Sérgio perguntou qual o tipo de denúncia é mais frequente. A fiscal Mayara disse que
97 vinte por cento é falta ética e obras sem placa, o restante é bastante diversificado. O
98 Conselheiro Christian questionou qual o maior problema da fiscalização hoje. A Fiscal
99 Mayara disse que acredita ser a falta efetividade das ações e a angústia do tempo
100 dispendido com os processos internos. Disse que a sociedade sempre compara o CAU
101 com o CREA e que essa é a maior cobrança. O Conselheiro Giovani disse que
102 reconhece o esforço e competência dos fiscais, que a comparação com o CREA não
103 pode acontecer e que deve ser planejado um novo formato de fiscalização. Disse que
104 o CAU precisa de um organograma que não deixe os fiscais sobrecarregados, que o
105 fiscal deve ser agente do CAU, não apenas fiscalizador e que a função principal do
106 Conselho deve ser orientar. A Conselheira Silvia reafirmou a questão da
107 regionalização como uma estratégia, apoiou ações de mutirão, um trabalho junto aos
108 síndicos e a divisão de tarefas dos fiscais. Sugeriu que o trabalho interno seja feito por
109 uma assessoria técnica, deixando os arquitetos para os pontos chave do Conselho,
110 para maior eficiência da equipe. O Conselheiro Ademir disse que os fiscais não têm
111 culpa se a fiscalização não é tão eficiente como esperado. Lembrou que o interior não
112 é tão verticalizado e que nesses lugares uma ação junto aos síndicos pode não ser tão
113 eficiente. Ressaltou a importância de parceria com as prefeituras. O Conselheiro
114 Mateus observou que vinte e quatro por cento das cidades do estado não tem um
115 arquiteto e quarenta e três por cento das cidades do estado não tem um escritório de
116 arquitetura e concluiu que ou esses não estão registrados, ou há uma carência de
117 profissionais. Sobre a falta de RRT, ressaltou a importância de uma ação para explicar
118 que a arquitetura não é só estética e que existe uma regulamentação a ser cumprida.
119 Defendeu uma fiscalização orientativa e disse que o fiscal deve ter um assistente
120 técnico para algumas demandas internas. Sugeriu a divulgação do manual do síndico
121 da AsBEA. O Conselheiro Sérgio disse que o papel do CAU, conforme o regimento, é
122 orientar, disciplinar e fiscalizar e não há uma hierarquia entre essas funções, tendo as
123 três a mesma importância e o CAU sendo obrigado a cumprir as três. Disse que o
124 CAU/SC tem a iniciativa de orientar e disciplinar e que a fiscalização acontece apenas
125 sob demanda. Enfatizou que deveria haver uma fiscalização espontânea, planejada,
126 buscando maior eficiência desse item. Disse que não vê como solução do problema
127 uma gerência de fiscalização, explicando que no seu ponto de vista a base que precisa
128 ser reforçada. Defendeu a ideia de especialização dos fiscais, otimizando o tempo de
129 serviço e a ideia de mutirão. Ressaltou a importância de uma devolutiva para os
130 denunciadores apresentando o trabalho realizado. O Conselheiro Christian questionou
131 a sustentabilidade de uma fiscalização e disse que aumentar o número de fiscais não
132 muda o quadro atual. Defendeu a construção de uma ideia nova, apoiando ações de
133 mutirão e uma gerência de fiscalização para coordenar uma estratégia. Reforçou que
134 essa estratégia deve ser contemporânea e inovadora, enfrentando o medo do novo. O
135 Conselheiro Rodrigo disse que o ideal é construir uma ponte entre o velho e o novo
136 modelo de fiscalização, uma vez que a sociedade já está acostumada com um modelo.
137 Sugeriu um selo de fiscalização para maior visibilidade do CAU. Os Conselheiros
138 Carlos e Silvia questionaram qual o próximo passo diante de todas as ideias
139 colocadas. O Conselheiro Christian encaminhou um documento por e-mail para todos
140 os conselheiros para que fizessem suas contribuições. O Conselheiro Ademir
141 ressaltou a importância de respeitar as especificidades de cada região. A Fiscal
142 Mayara disse que a integração das regionais é importante e lembrou que o CAU/SC já



143 usa um selo nas obras fiscalizadas. O Presidente questionou se a CEP assumiria a
144 coordenação dos trabalhos de fiscalização ou se seria criada uma nova comissão. O
145 Conselheiro Giovani, coordenador da CEP, disse que se houver um encaminhamento
146 da Plenária a comissão assume. O Conselheiro Sérgio sugeriu que cada conselheiro,
147 junto das escolas da região, reúnam os profissionais para conhecer os anseios dos
148 arquitetos, antes de traçar uma estratégia. O Presidente sugeriu uma consulta pública,
149 via web, para maior agilidade. A Gerente Fernanda Lembrou que para a pesquisa as
150 perguntas devem ser bem elaboradas para haver clareza e atingir o objetivo. O
151 Conselheiro Christian disse ser contra uma nova comissão, sugeriu que a CEP
152 coordene os trabalhos junto com a GERTEC e os fiscais, para que no mês seguinte haja
153 outra plenária extraordinária para lançar a pesquisa e definir os próximos passos. O
154 Conselheiro Giovani solicitou que se houver nova plenária extraordinária, que a
155 compra do terreno para sede do CAU/SC também seja pauta. A Fiscal Mayara alertou
156 que para responder as pesquisas, os arquitetos precisam embasamento e
157 informações. O Presidente então repassou os encaminhamentos da reunião: que
158 sejam enviadas contribuições ao material encaminhado pelo conselheiro Christian.
159 Que seja realizada uma reunião extraordinária da CEP para tratar sobre fiscalização.
160 Que a Comissão Ordinária de Exercício Profissional - CEP-CAU/SC, em conjunto com a
161 Gerência Técnica (GERTEC) elabore diretrizes de planejamento da fiscalização,
162 através de uma política inovadora de atuação, com abrangência nas mesorregiões de
163 SC, atendendo sua visão de futuro. Que as diretrizes contemplem os seguintes itens:
164 Estruturação das Regionais, pesquisa com os profissionais a ser utilizada no módulo
165 ISOCRM, ações de fiscalizações a exemplo do mutirão, estratégias de comunicação e
166 divulgação destas ações, estudo do impacto financeiro em conjunto com a Gerência
167 Financeira (GERFIN). E que seja convocada reunião plenária extraordinária no dia 14
168 de julho de 2017 para apreciação e encaminhamentos das diretrizes. Explicou que
169 seria criada uma deliberação plenária, a ser referendada na reunião ordinária, que
170 contemple esses pontos. O Presidente abriu a votação com relação aos
171 encaminhamentos citados, que foram aprovados, por unanimidade, com os votos dos
172 conselheiros Everson, Christian, Silvia, Carlos, Giovani, Mateus, Rodrigo, Adriana,
173 Ademir e Sérgio. Não havendo mais tempo, às doze horas e quatro e seis minutos, o
174 Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Tatiana Moreira Feres de
175 Melo, Secretária do CAU/SC, lavrei a presente ata que será rubricada em todas as suas
176 páginas e, ao final, assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes,
177 para que reproduza os efeitos legais.

Luiz Alberto de Souza
Presidente do CAU/SC

Tatiana Moreira Feres de Melo
Secretária do CAU/SC

Ademir Luiz Bogoni
Conselheiro do CAU/SC

Carlos Alberto Barbosa de Souza
Conselheiro do CAU/SC



Christian Krambeck
Conselheiro do CAU/SC

Everson Martins
Conselheiro do CAU/SC

Giovani Bonetti
Conselheiro do CAU/SC

Rodrigo Kirck Rebelo
Conselheiro do CAU/SC

Sérgio Oliva
Conselheiro do CAU/SC

Silvia Ribeiro Lenzi
Conselheiro do CAU/SC

Adriana Diniz Baldissera
Suplente de Conselheiro do CAU/SC

Mateus Szomorovszki
Suplente de Conselheiro do CAU/SC